

ENTREVISTA COM MICHAEL W. APPLE

Sanny S. da Rosa

Doutora em Educação/Currículo (PUC-SP)

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* – Mestrado em Educação
Universidade Católica de Santos - UNISANTOS

ssdarosa@uol.com.br

SSR: O professor Michael W. Apple é reconhecido como um dos autores mais influentes da área de currículo e de política educacional do século XX. Várias de suas obras são referência obrigatória de estudiosos e pesquisadores brasileiros comprometidos com uma educação crítica e transformadora, dentre as quais se destacam: “*Ideologia e Currículo*” (1982); “*Educação e Poder*” (1989); “*Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade*” (2002). Suas mais recentes publicações - ainda não traduzidas para o português - *The Routledge International Handbook of Critical Education* (2009); e *Global Crises, Social Justice, and Education* (2010) – discutem as relações entre educação e os processos de globalização da economia e o que os educadores comprometidos podem fazer para se contrapor e resistir às relações de dominação e subordinação impostas pelas políticas neoconservadoras no campo da educação. Este foi o tema central de sua conferência “*Compreendendo e Interrompendo as Políticas Neoliberais em Educação*”, no XIV Congresso Mundial de Educação Comparada¹, ocorrido em Istambul, Turquia, em junho de 2010.

Em linguagem simples, falando pausadamente para uma plateia constituída por estudantes e pesquisadores de países da Europa, do leste europeu, asiáticos, latinoamericanos e africanos reunidos na Universidade de Bogaziçi, em Istambul, o autor discursou sobre as reformas educacionais conduzidas por uma “estranha aliança” entre neoliberais, neoconservadores e uma “nova classe média” gerencialista, cujos efeitos têm criado novas desigualdades e reforçado as já conhecidas. Em sua fala, examinou criticamente o que devemos fazer para compreender melhor e interromper tal tendência enfatizando as múltiplas relações de poder nela envolvidas. Ao final de sua conferência, o professor Michael W. Apple gentilmente nos concedeu esta entrevista, manifestando sua especial simpatia pelo Brasil e pelos educadores brasileiros. Seguindo o foco de sua análise, referiu-se particularmente à situação

e aos desafios da universidade e do ensino superior na sociedade contemporânea.

SSR: Atualmente, no Brasil, cerca de 75% dos estudantes do ensino superior estão matriculados em instituições privadas. Grande parte deles pertence às classes C e D que há até pouco tempo não tinham acesso ao ensino superior. Este dado pode sugerir um processo de democratização do acesso a este nível de ensino, mas acontece que muitos concluem os cursos sem emprego na sua área de formação. Como o senhor vê e analisa esse fenômeno?

M.A.: A primeira coisa a dizer é que esse fenômeno não acontece apenas no Brasil, mas é típico do que está ocorrendo em muitos outros países. Há muitas instituições privadas de ensino superior, aliás muito caras, na China, por exemplo, onde alunos pobres estudam em condições muito difíceis porque o setor público não está aberto para todos. Eu tendo a apoiar o setor público em educação, mas a verdade é que é perigoso falar em setor privado como se fosse um só. Vou dar um exemplo brasileiro: a PUC, em São Paulo, é uma universidade de excelência, que passa por dificuldades como muitas outras instituições privadas. Mas este é um caso muito diferente de outras instituições particulares que emergem em muitas regiões pobres no mundo. Na China, por exemplo, há um número muito grande de instituições privadas que são basicamente “negócios familiares”. O mesmo acontece na Índia, onde há parcerias público-privadas entre fundações privadas e o governo. Nessas instituições os salários são muito baixos, os professores são explorados e não têm as mesmas condições de trabalho dos professores de universidades públicas. Eles vivem o que nós, às vezes, chamamos de “proletarização acadêmica”. Seus escritórios de trabalho funcionam nos trens de metrô ou nos ônibus, porque eles se deslocam constantemente de uma instituição para outra, durante toda a semana e, muitas vezes, aos sábados. Mas, como eu disse, há instituições privadas de alta qualidade onde os estudantes são tratados com respeito, diferente da grande maioria que tende a tratá-los como “clientes”, apenas como fonte de lucro. O que assistimos, hoje, infelizmente, é que o setor público não está atendendo as necessidades das pessoas pobres. As instituições públicas, de um modo geral, ainda não investem de verdade nos estudantes de baixa renda.

SSR: Esse problema talvez comece com os processos de seleção. Como o senhor vê, por exemplo, os exames vestibulares que se pautam em um currículo único típico das escolas de classe média e alta? Ou mesmo por meio do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) realizado a partir de uma prova única para todo o território nacional?

M.A.: Este é um problema antigo, bastante conhecido e, por isso, previsível. Já sabemos o que vai acontecer: em comunidades carentes – como, por exemplo, as “favelas” - onde os indivíduos têm acesso a

uma escolarização empobrecida, os professores das escolas básicas estão sobrecarregados de trabalho, tendo que se deslocar, como eu disse, de uma escola para outra. A tendência é que em comunidades como essas os alunos não estejam preparados para enfrentar o vestibular. Esses exames acabam tendo a função apenas de confirmar o que já se sabe: as comunidades carentes não recebem o investimento que deveriam receber; o conhecimento que lhes é cobrado não corresponde ao conhecimento que lhes é ofertado na educação básica, de modo que o exame cumpre o papel de reservar espaço nas melhores universidades para as classes mais favorecidas. Um país como o Brasil deveria analisar essa questão com muito cuidado. Não sou muito a favor desse tipo de exame único, pois a realidade dos alunos é muito diferente, as pessoas estão constantemente mudando, por exemplo, do campo para a cidade... Eu gosto da ideia de participação democrática da comunidade em conjunto com as escolas, a exemplo do que estava sendo feito em Porto Alegre, no projeto Escola Cidadã, onde há (ou havia, até onde eu sei) participação da comunidade no planejamento pedagógico das escolas. Este seria um modelo de participação a ser mantido. Se este fosse o caso, então o currículo precisaria mudar. Os professores precisariam de mais tempo para se preparar e as comunidades pobres, das classes trabalhadoras, deveriam participar integralmente dos processos decisórios da escola. Se quisermos melhores resultados, precisamos perguntar: como transformar a escola básica? Como transformar o currículo para ser mais representativo da cultura dessas comunidades e assim ter um currículo mais aberto à crítica? O Brasil é um dos países em que tudo está sob crítica... mas, na vida real, permanece apenas na “retórica”. Voltando ao “vestibular”, esse exame precisaria ser constantemente aberto à crítica e à mudança, pois o conhecimento muda constantemente... Eu preferiria não um exame nacional, mas local, com múltiplas entradas.

SSR: Em sua conferência, o senhor usou a imagem das “portas estreitas” para a Universidade. No Brasil, as universidades públicas ainda representam essas “portas estreitas”. O setor privado, por sua vez, tem procurado “alargar” essas portas de entrada ao ensino superior, “captando” o público excedente, isto é, aquele que não consegue ingressar nas instituições públicas. Em São Paulo, a experiência da USP Leste teve como objetivo inverter essa lógica de uma universidade pública para a “elite”, ofertando cursos mais diretamente voltados ao mundo do trabalho. Estaríamos diante de “duas” universidades públicas para públicos distintos?

M.A. Esta questão se refere, na verdade, à disputa em torno de dois modelos de universidade. De um lado, nós temos um “conhecimento de elite” ainda dominante, com cursos como Direito, Medicina, Engenharia etc. As famílias de classe média e média alta investem na educação geral de seus filhos com cursos de línguas estrangeiras, conhecimentos de computação, intercâmbios culturais entre outras experiências na expectativa de prepará-los para uma universidade também de “elite”. Nas áreas mais pobres ou para a classe

trabalhadora, porém, a educação é um assunto que está diretamente relacionado à conquista de melhores salários, de ascensão social e, por isso, esses estudantes tendem a querer cursos mais práticos, porque o que eles precisam mesmo, de imediato, é de emprego. Para os filhos das classes privilegiadas, ser “engenheiro” ou “advogado”, por exemplo, tem a ver com “vocação”. Disso tudo, eu retiro uma lição que aprendi com Gramsci. Gramsci dizia que precisávamos ensinar o conhecimento da elite para as pessoas pobres, mas de um modo que esse conhecimento os ajudasse a “resolver seus problemas”. Nessa linha de raciocínio, se tomarmos o ensino das finas artes brasileiras, por exemplo, como poesia e literatura, ninguém ficaria satisfeito com o desempenho dos jovens de famílias trabalhadoras em relação a esse tema. Eles não sabem nada sobre isso! Agora, se você é um professor, você tem o dever de apresentar esses temas de um modo tal que fique claro para esses alunos que esse conhecimento tem um valor nas suas vidas diárias, tanto quanto a matemática, já que eles não tiveram o “luxo” de ter contato com esse tipo de experiência cultural fora da escola. Esse é um assunto que tem a ver com o “corpo”. Ler um livro é um exercício difícil e cansativo para trabalhadores cujos corpos estão cansados. Eu aprendi, ao longo da vida, que para que um conhecimento tenha valor é preciso que esteja de algum modo conectado tanto com a paixão de aprender como também com as condições materiais de vida dos indivíduos. Então, nós, professores, estamos diante de duas tarefas: de um lado, mostrar que esses conhecimentos de “elite” têm um valor para esses estudantes trabalhadores; mas isso tem que ser feito de tal forma que faça sentido para eles, de um modo que eles percebam que esses conhecimentos se conectam com a sua vida real...

SSR: Acontece que, no Brasil, quem tem se dirigido aos estudantes trabalhadores é o setor privado, que atualmente praticamente já domina o ensino superior, como mostram os números oficiais. Estaríamos diante de um impasse?

M.A.: Em inglês, temos uma boa expressão para essa situação: “*letting people off the hook*” que, em português quer dizer “tirar alguém da força”. Por isso é que não podemos dizer que a questão é apenas melhorar a universidade privada, oferecendo um ensino de melhor qualidade. O que precisa ser feito é reconstruir a universidade pública. Do contrário, o que temos é a manutenção do elitismo e do domínio do setor privado na educação. Eu me recuso a lecionar em instituições “empresariais” em meu país. Eu leciono numa Universidade progressista, aberta ao povo, mas a razão pela qual eu permaneço lá é porque a instituição tenta fazer o que eu estou dizendo, isto é, trazer a ciência para perto dos estudantes trabalhadores. Minha preocupação é que a idéia de educação muitas vezes se associa exclusivamente a “conseguir emprego”. Isto acaba com a própria noção de academia. Eu venho de uma família pobre, minha mãe não concluiu a escola secundária, nem meu pai. Mas eles gostavam dos livros. E justamente porque eles trabalhavam tanto é

que eles apreciavam os livros, porque por meio deles conseguiam ver uma realidade diferente. Esta é a nossa tarefa na universidade e não apenas ajudar os alunos a conseguir um “bom emprego”. Temos que ajudá-los a visualizar uma sociedade melhor, a encontrar outros modos de enxergar e compreender o mundo, de uma maneira mais crítica. Se as universidades privadas estão visando apenas à formação profissional, então elas estão erradas. Se elas disserem, ao contrário que, estudando, esses estudantes terão mais conhecimento e que esses conhecimentos os ajudarão a ter uma vida diferente, porque estão conectados com a vida deles, então eles farão melhor.

SSR: Qual a sua opinião sobre os processos de avaliação externa da universidade, por meio de exames de desempenho do ensino superior, como o ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes)? Sabe-se que há instituições que até tem “cursinhos” preparatórios para o exame. Para tornar esse processo mais fidedigno há quem proponha a existência de comissões independentes do Estado e próximas da sociedade para realizar essa tarefa. O que o senhor pensa sobre isso?

Embora eu defenda a ideia de educação superior pública, é preciso reconhecer que este setor se constituiu historicamente a partir dos compromissos com as elites, especialmente no Brasil. A dificuldade reside justamente nesta contradição: como defender a ideia de uma instituição pública de ensino superior sem deixar de tocar na questão de sua paralisia? Essa questão é desafiadora porque significa transformar o setor público em algo muito mais disponível, muito menos paralisado, aberto para a sociedade e suas vozes. A única forma de lidar com isso é fazer com que o Estado se abra à crítica, para rever suas próprias regras. De novo, como eu disse antes, ou a universidade pública faz isso ou estará afastando os estudantes menos favorecidos. Eu sei que colocar em questão os fundamentos das políticas públicas é muito complicado, mas a universidade precisa cumprir a sua função *pública*, e isso só é possível se o Estado se tornar mais responsável. Para isso, o Estado precisa ser democrático, ou seja, não ser apenas um estado que “ensina”, mas também um estado que “aprende”. Então, o problema de se deve ou não haver mecanismos e comissões independentes de avaliação da universidade é difícil de responder. Depende da discussão de quem serão as pessoas indicadas, dos mecanismos dessa avaliação externa, do seu papel social e com quais critérios tais comissões independentes operariam. Eu prefiro dizer que é necessário fazer uma reflexão séria sobre o que não está funcionando bem na universidade pública hoje: por que há tantas pessoas descontentes? Quais são as razões pelas quais o sistema está tão centralizado atualmente? Eu, pessoalmente, fico muito preocupado com a *standardização* do sistema imposto pelo Acordo de Bologna, por exemplo. Penso que é necessário resistir a essa política. Eu não sei exatamente como essa discussão está acontecendo no Brasil, mas eu fico muito preocupado com o processo de padronização do ensino e da educação decorrente do movimento de globalização econômica.

Essa política está transformando as escolas em “*commodities*”, em mercadoria. Ela também retira a possibilidade de haver controles locais sobre os rumos da educação, uma vez que os burocratas estão sentados muito distantes das pessoas e tomando decisões sem que tenham muitas vezes conhecimento da realidade.

SSR: Em nome do Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Educação da Universidade Católica de Santos, quero agradecer a gentileza e a honra de ter nos concedido esta entrevista, deixando, desde já, um convite especial para que venha conhecer nosso trabalho e produção acadêmica em eventual visita sua ao Brasil.